



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007470-48.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **IP, BO - 232/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 871/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **LEANDRO ACRANI GENTINA**

Aos 10 de maio de 2016, às 16:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **LEANDRO ACRANI GENTINA**, acompanhado da defensora, Dra. Katia Basso Zordan. Iniciados os trabalhos, pelo Dr. Promotor foi dito: Revendo a situação deste processo, a rigor, entendo que o fato deveria ser capitulado no artigo 303 c.c. artigo 302, § único, inciso III, visto que o fato de deixar de prestar socorro é causa de aumento tanto do homicídio como da lesão, e que a falta de prestação de socorro somente subsiste como delito autônomo quando não estiver presente culpa do agente, de modo a se responsabiliza-lo pelo delito de lesão ou homicídio. Em sendo assim, o entendimento doutrinário é de que mesmo presentes as causas de aumento de pena do artigo 302, § único, e que em tese a pena máxima supere a dois anos, é possível a aplicação da transação penal, por força do que dispõe o artigo 291, § 1º, da Lei 9503/97, salvo quando na situação houve uma das causas indicadas no § 1º do artigo 291, incisos I a III, o que não é o caso dos autos, uma vez que não consta que ele estivesse sob a influência de álcool, não houve participação de corrida em via pública e não há prova de que estivesse transitando em velocidade superior. Em resumo, mesmo com a causa de aumento de pena, do inciso III do artigo 302, é possível a transação penal, situação esta que a rigor já deveria ter ocorrido desde o início. Assim, considerando esta constatação, resolvo fazer proposta de transação penal de pena pecuniária, consistente no pagamento de meio salário mínimo, à entidade a ser indicada pelo Juízo, dentro do prazo de trinta (30) dias, já considerando a medida anteriormente aplicada. Pelo autor da infração, assistido da defensora, foi dito que aceitava a proposta de pena oferecida pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Ministério Público. O M. M. Juiz decidiu: Vistos. Trata-se da prática infracional de lesão corporal culposa. Mesmo tendo sido oferecida denúncia, nesta audiência o Ministério Público, entendendo cabível a proposta de transação penal, deliberou oferece-la ao réu, que foi aceita pelo mesmo. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos previstos na Lei 9.099/95, conforme bem observado pelo Dr. Promotor de Justiça, **HOMOLOGO A TRANSAÇÃO** e aplico ao infrator **LEANDRO ACRANI GENTINA** a pena pecuniária consistente no pagamento de meio salário mínimo, a ser revertida à entidade pública ou privada com destinação social, **devendo o valor mencionado ser depositado na conta judicial nº 3900128905877, junto à agência do Banco do Brasil nº 5965-X – Fórum de São Carlos, especialmente aberta para esta finalidade, devendo o comprovante de depósito ser entregue no cartório do 1º Ofício Criminal de São Carlos, dentro do prazo de trinta (30) dias, por ter infringido o artigo 303 da Lei 9503/97. Expeça-se ofício para devolução da carta precatória expedida independentemente de cumprimento.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se. **Façam-se as anotações para constar que a ação penal foi resolvida com transação penal, para não comprometer os antecedentes.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

Juiz de Direito:

Promotor de Justiça:

Autor do fato:

Advogada: